

08

**JUSTIÇA DE GÊNERO E RACIAL
NO CONTEXTO DO
RETROCESSO DEMOCRÁTICO**



JUSTIÇA DE GÊNERO E RACIAL NO CONTEXTO DO RETROCESSO DEMOCRÁTICO

AGOSTO 2025

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO EXECUTIVA:

Sueli Carneiro

ELABORAÇÃO DE TEXTO E TRADUÇÃO:

Kátia Mello

REVISÃO TÉCNICA:

Iradj Eghrari

DIAGRAMADOR E DESIGNER: SENDIGITAL

Antônio Carlos “KK” Santos Filho

realização



JUSTIÇA DE GÊNERO E RACIAL NO CONTEXTO DO RETROCESSO DEMOCRÁTICO

G316

Justiça de Gênero e Racial no Contexto do Retrocesso Democrático / coordenação: Sueli Carneiro. - São Paulo : Geledés, 2026.

30 p. -- (Coleção Geledés no Sistema Internacional; v. 8)

ISBN: 978-85-62750-41-0

1. Retrocesso democrático. 2. Igualdade de gênero – Mulheres negras. 3. Feminismo negro. 4. Racismo. I. Geledés Instituto da Mulher Negra. II. Título.

CDD 305.896

Índices para catálogo sistemático:

1. Feminismo negro: Igualdade racial e de gênero 305.896
Lucineia Pereira Ribeiro – Bibliotecária – CRB-8/10400

ISBN: 978-85-62750-41-0





SUMÁRIO

07

INTRODUÇÃO

11

APRESENTAÇÃO

15

PARTICIPANTES DO EVENTO

17

ÍNTEGRA DAS FALAS

INTRODUÇÃO

Este oitavo volume da série dá continuidade à coleção iniciada com *Brasil e Durban – 20 anos depois*, publicada em 2021 pelo Centro de Documentação e Memória Institucional do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Cada edição desta coleção reafirma nosso compromisso de transformar memória e denúncia em ação política, fortalecendo a luta contra o racismo e o sexismo em escala nacional e internacional. Este volume resulta do encontro “Justiça de Gênero e Racial no Contexto da Recessão Democrática”, realizado em março de 2025, em Nova York, durante a 69ª Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW69), e agrega o conjunto de reflexões e propostas que emergiram deste espaço estratégico de resistência política e construção coletiva.

O documento que agora apresentamos é fruto de um diálogo direto e poderoso entre Geledés e organizações de mulheres africanas e latinoamericanas, evidenciando como esta aproximação transnacional, quando acontece, amplia perspectivas, agrega novas percepções e fortalece estratégias conjuntas na luta por justiça racial e de gênero. A presença dessas alianças precisa se tornar contínua, estruturando um eixo sólido de articulação do Sul Global. Ao lado dessas vozes, também participaram atoras de grande relevância política e institucional, como a embaixadora Vanessa Dolce Faria, a Alta Representante para Gênero do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

As falas que ecoaram ao longo do evento expuseram, com contundência, os desafios que marcam nosso tempo: o avanço do autoritarismo, o fortalecimento dos movimentos antigênero, a crise climática, a erosão das instituições democráticas, os cortes de financiamento à sociedade civil e o recrudescimento do racismo estrutural. A promessa de democracia plena mostrou-se frágil e seletiva, distante da realidade de mulheres afrodescendentes que seguem privadas de direitos elementares como segurança, saúde, trabalho decente e participação política. Ficou evidente que, enquanto a violência letal, a precarização do trabalho e a invisibilidade nos espaços multilaterais continuarem a nos atingir de forma desproporcional, não haverá justiça de gênero nem racial.


Mas este volume também é, acima de tudo, um chamado à ação. As propostas apresentadas por lideranças e organizações de diferentes regiões do Sul Global convergiram em eixos estratégicos que orientam nossa luta. Em primeiro lugar, a necessidade de fortalecer e descolonizar o financiamento dos movimentos de mulheres negras, criando fundos autônomos, redes de solidariedade e estratégias

próprias para sustentar a ação política sem dependência de agendas externas. Em segundo lugar, o fortalecimento da articulação transnacional entre mulheres afrodescendentes, latino-americanas e africanas, como base para disputar narrativas e espaços de governança global. Também se destacou a urgência de proteger e ampliar os espaços multilaterais, como a CSW e os mecanismos da ONU, frente às tentativas de esvaziamento e cooptação por forças conservadoras. Por fim, emergiu a centralidade da justiça reparatória, articulada ao direito à vida, ao trabalho digno, à participação política e ao reconhecimento das mulheres negras como sujeitos plenos de direito.

É neste horizonte que seguimos mobilizando nossas forças e alianças. Como temos afirmado ao longo desta série, não há democracia, nem justiça de gênero ou racial, enquanto nossas vozes forem silenciadas e nossas vidas continuarem descartáveis. Seguiremos de pé, fazendo ecoar um levante negro global, inadiável e inegociável.

Mais do que diagnóstico, estes encontros produziram caminhos. As propostas convergiram para seis eixos centrais:

1. Redistribuição econômica e justiça orçamentária — integração efetiva de recortes raciais e de gênero no planejamento e na execução orçamentária; financiamento direto para programas de empoderamento econômico de mulheres negras; e fortalecimento da economia do cuidado como pilar do desenvolvimento.
2. Educação e ciência — ampliação do acesso de mulheres negras à educação formal e científica, incluindo bolsas e intercâmbios internacionais.
3. Empreendedorismo com proteção social — superação da narrativa mercadológica do empreendedorismo, com acesso a crédito, assistência técnica, inovação tecnológica e inclusão nas cadeias produtivas, garantindo direitos trabalhistas e previdenciários.
4. Acesso à terra, recursos e reparações — reconhecimento da titularidade das mulheres afrodescendentes sobre terras e territórios; acesso a crédito agrícola e proteção contra deslocamentos forçados; e políticas de reparação e compensação histórica.
5. Cooperação e transversalidade internacional — consolidação de alianças regionais e globais, articulação com órgãos multilaterais e efetiva implementação de convenções e planos interamericanos e da ONU.
6. Participação plena das afrodescendentes em todos os espaços de decisão.



As vozes que ecoaram nestes encontros nos convocam à ação. Não há emancipação possível sem dismantlar o racismo patriarcal que estrutura a pobreza. Não há desenvolvimento econômico sustentável sem redistribuição, visibilidade e reconhecimento. Que este volume seja um instrumento de incidência política e um chamado urgente para que governos, organismos multilaterais e sociedade civil assumam estas propostas como agenda inadiável.

Sueli Carneiro

Coordenadora Executiva

Centro de Documentação e Memória Institucional

Geledés – Instituto da Mulher Negra

APRESENTAÇÃO

Em paralelo à 69ª Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW69) junto às Nações Unidas, Geledés-Instituto da Mulher Negra e a ONG Akina Mama wa Afrika (AMWA) promoveram conjuntamente, no dia 14 de março de 2025, o encontro “Justiça de Gênero e Racial no Contexto da Recessão Democrática”, em Nova York.

Participaram deste evento a embaixadora Vanessa Dolce Faria, Alta Representante para Temas de Gênero do Itamaraty; Paola Yáñez, coordenadora-geral da Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas, Afro-Caribenha e da Diáspora, Madeleine Kennedy McFoy, diretora-executiva da ONG Gender at Work; e Carole Osero-Ageng’o, representante regional da África da HelpAge International e copresidente da Conferência da Sociedade Civil das Nações Unidas de 2024 em Nairóbi.

Da parte de Geledés, esteve presente a assessora internacional Leticia Leobet. A moderação ficou a cargo de Carolina Almeida, assessora internacional de Geledés e Sarah Nannyondo Okello, representante da AMWA.

Criada em 1946 pela Organização das Nações Unidas (ONU), a CSW é o principal órgão intergovernamental mundial e a maior reunião anual dedicada exclusivamente à promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. O evento agregou representantes de governos, líderes da sociedade civil e agentes de mudança para analisar o progresso, identificar desafios e propor soluções para a plena realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Neste ano de 2025, a CSW celebrou o 30º aniversário da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, um documento histórico para o alcance destas políticas. Faltando cinco anos apenas para o prazo final dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2030, a comunidade internacional se reuniu para realizar “uma avaliação dos desafios atuais que afetam a implementação da Plataforma de Ação e a conquista da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres”.

Embora tenha havido um progresso significativo, o cenário global está cada vez mais volátil, com desafios persistentes e emergentes, ameaçando esses ganhos duramente conquistados nestas últimas décadas. O crescente autoritarismo, os movimentos antigênero, as crises climáticas, o aprofundamento das desigualdades econômicas e a erosão das instituições democráticas criaram um ambiente hostil para os direitos das mulheres, a participação delas na política e a formação e a execução de lideranças.

Na abertura do evento, Carolina Almeida resgatou o conceito de democracia, diante das atuais ameaças da extrema direita ao redor do mundo, destacando que os impactos maiores recaem nos direitos dos afrodescendentes. “Se entendermos então a democracia como um sistema político que garante a participação cidadã e o pleno acesso aos direitos sociais, políticos e econômicos para toda a população, então precisamos questionar se esse ideal se concretiza de forma equitativa para todas as pessoas. Ao observar a realidade das mulheres afrodescendentes no Brasil, percebemos que essa promessa democrática está longe de ser cumprida e, talvez, nunca tenha sido.”

Carolina forneceu uma série de dados sobre a condição das mulheres negras no Brasil, evidenciando o racismo e a desigualdade estrutural. “De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres negras são as principais vítimas da violência letal no Brasil. Entre 2017 e 2021, os homicídios de mulheres negras cresceram 5,8%, enquanto os homicídios de mulheres não negras caíram 33,3%. Esse dado revela como o direito básico à segurança é sistematicamente negado a essa parcela da população. No campo da saúde, a mortalidade materna entre mulheres negras é 77% maior do que entre mulheres brancas, segundo dados do Ministério da Saúde. Essa disparidade reflete não apenas o racismo institucional presente nos serviços de saúde, mas também a ausência de políticas públicas que considerem as especificidades de nossa existência.”

Esse panorama, como bem pontuou a assessora internacional de Geledés, se agrava no atual contexto de recessão democrática global. “Esse movimento político autoritário utiliza discursos baseados no racismo, sexismo e xenofobia para ampliar sua base social, minando não apenas os espaços cívicos, mas também atacando frontalmente os direitos das mulheres – especialmente das mulheres racializadas, como as mulheres negras, as indígenas, mulheres LBT, mulheres com deficiência – e tentando e infelizmente, conseguindo, reverter conquistas históricas, um exemplo claro do que estamos testemunhando e enfrentando neste processo da CSW69”, afirmou ela.

A embaixadora Vanessa Dolce Faria foi na mesma direção de Carolina ao descrever o que chamou de cenário de ameaças diretas a todas as nossas conquistas. “O crescente autoritarismo, os movimentos antigênero, a crise climática, o aprofundamento das desigualdades econômicas, a erosão das instituições democráticas são fatores que vêm criando um ambiente hostil, especialmente para as mulheres. Em muitos países, grupos extremistas estão se fortalecendo e se conectando globalmente, espalhando desinformação, negando a igualdade de gênero, atacando políticas essenciais para a promoção de equidade, diversidade e acessibilidade. Esses grupos fazem uso de plataformas digitais que tiram a legitimidade das instituições democráticas, espalham discursos de ódio e, sobretudo, desacreditam lideranças femininas.”

E contextualizou o país: “O Brasil, como outros países, vem sentindo os impactos desses fenômenos”, disse ela. Como solução, a diplomata indicou que só é possível se fazer um enfrentamento a esse quadro crítico “com ações coletivas, com coordenação política e sociedade civil brasileira e internacional.”

Ainda neste contexto de avanço global da extrema direita, a embaixadora elogiou a pressão da sociedade civil por mudanças. “Tenho orgulho em dizer quão preparada está a sociedade civil brasileira e precisamos desse preparo na defesa da democracia”. A diplomata mencionou as dificuldades de diálogo nos diferentes espaços, inclusive nas negociações políticas nesta CSW. “Tivemos muitas disputas entre os países. Muitas dificuldades em seguir com linguagens que sempre foram acordadas. Em um certo sentido, ter havido uma declaração política é uma vitória, porque foi possível uma unidade. Mas não foi fácil.”

A embaixadora ainda chamou atenção para a CSW considerar a brecha digital como “um aspecto central da declaração” da conferência, ao se referir ao comprometimento dos Estados membros em reduzir a lacuna digital de gênero e garantir a plena participação das mulheres no desenvolvimento e conhecimento tecnológico.

Ao resgatar o contexto do aniversário da Declaração de Pequim, a coordenadora-geral da Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas, Afro-Caribenha e da Diáspora, Paola Yáñez, afirmou que foi na América Latina que a agenda regional de gênero e raça obteve maiores avanços. Assim como as outras panelistas, Paola sinalizou um contexto de diálogo político em que predominam o medo e a desesperança. Porém, fez uma ressalva. “Quero lembrar às mulheres negras que, para nós, a crise não é algo novo, pois vivemos em crise constante, e não apenas de financiamento. A violência para nós não é algo novo, pois vivemos em violência constante, até mesmo entre as mesmas mulheres com quem militamos, mulheres negras, mestiças, em espaços mistos e nas crises”, disse ela.

“A diferença de agora com os anos 90 é que, naquele tempo, estávamos saindo de ditaduras. Nesse sentido, os governos queriam demonstrar uma vocação para os direitos humanos, e precisavam se livrar da imagem ditatorial. Hoje não, agora eles são abertamente antidireitos, abertamente conservadores, porque já não lhes interessa limpar seu passado, não precisam de uma máscara, e isso nos leva a um cenário complicado, que é o desmantelamento do multilateralismo”, disse Paola.

Paola também alertou para o perigo de se debilitar espaços significativos dentro das Nações Unidas como a CSW. “Estão retirando o financiamento, estão asfixiando estes espaços para que nós não estejamos aqui. Nos dizem que temos que sair daqui, mas não vamos sair, certo? No momento em que nos levantamos de nossas cadeiras e das Nações Unidas, alguma outra sociedade civil virá ocupá-las”, disse ela.

Ao fazer um balanço sobre a Conferência de Pequim, a diretora-executiva da ONG Gender at Work, Madeleine Kennedy McFoy, centrou-se na discussão sobre o financiamento das organizações de defesa dos direitos humanos da sociedade civil, hoje ameaçadas por drásticos cortes de financiamentos por governos de extrema direita, como é o caso atual dos Estados Unidos.

“A quem estamos servindo? Às nossas organizações ou aos nossos movimentos? Vocês estão se fazendo essa pergunta? Acho que essa é uma pergunta que a sociedade civil tem que responder. Há 30 anos que falamos sobre isso, sobre a dependência de muitas das nossas organizações em relação a organizações como a USAID”, disse ela ao se referir ao desmantelamento pelo governo Trump da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que financia uma série de instituições de direitos humanos ao redor do mundo.

Carole Osero-Ageng’o, que atuou como copresidente na Conferência da Sociedade Civil da ONU em apoio à Cúpula do Futuro de 2024, destacou a urgência de fortalecer a colaboração abrangente entre organizações e movimentos sociais. Para ela, os desafios contemporâneos exigem alianças amplas e transversais, especialmente entre atores do Sul global. “Falamos de movimentos e eles devem ser movidos pela energia das massas, como um rio que caminha pelas águas – às vezes lento, mas sempre em movimento”, afirmou.

Osero-Ageng’o também fez duras críticas à lógica tradicional de financiamento internacional, propondo uma abordagem de “descolonização dos fundos”, como o USAID. “Quando a África e o Sul global foram colonizados, ninguém perguntou se poderiam nos colonizar. Eles vieram e nos colonizaram. E agora eles estão descolonizando o USAID. Então podemos elaborar essa narrativa para que não seja o que o colonizador pensa que é certo para a descolonização? Vamos falar dessas narrativas, senão seremos apenas recolonizados neste processo.” Para ela, é fundamental fortalecer fundos autônomos e redes de solidariedade entre mulheres, principalmente mulheres negras, capazes de proteger lideranças e organizações frente a cortes e instabilidades do financiamento internacional.

Para além da questão das fontes de recursos financeiros, a assessora internacional de Geledés, Letícia Leobet, sublinhou a relevância de se fazer articulações políticas como uma medida de enfrentamento aos retrocessos globais. “Mulheres afrodescendentes do Brasil, precisamos nos articular mais na dimensão da América Latina, precisamos nos articular mais com as mulheres africanas e fazer com que essa perspectiva do Sul global consiga alcançar e disputar a governança global de uma maneira mais consistente. Esse é um grande desafio e que precisamos pensar sobre essas pactuações, pensar sobre essas articulações”, disse ela.

Como contribuição importante ao debate, nas conclusões finais do encontro, foi lembrado que este é o ano em que a União Africana elencou o tema “Justiça Reparatória para Africanos e Afrodescendentes”, e que mesmo que haja diferenças entre esses grupos, a partir dos territórios e das especificidades de cada um deles, essa é uma luta conjunta que deve ser fortalecida politicamente.

PARTICIPANTES DO EVENTO “JUSTIÇA DE GÊNERO E RACIAL NO CONTEXTO DA RECESSÃO DEMOCRÁTICA”

Embaixadora Vanessa Dolce Faria

Assessora Especial do Ministro de Estado - Alta Representante para Temas de Gênero

Paola Yáñez

Coordenadora-geral da Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora

Madeleine Kennedy McFoy

Diretora-executiva da ONG Gender at Work,

Carole Osero-Ageng'o

Representante regional da África da HelpAge International e copresidente da Conferência da Sociedade Civil das Nações Unidas de 2024 em Nairóbi

Sarah Nannyondo Okello

Representante da ONG Akina Mama wa Afrika (AMWA)

Carolina Almeida

Assessora internacional de Geledés e mediadora do evento

Letícia Leobet

Assessora internacional de Geledés

Todos os cargos acima correspondem à época do evento

SEGUIE ABAIXO A ÍNTEGRA DAS FALAS DAS PAINELISTAS DO ENCONTRO

CAROLINA ALMEIDA

”

Gostaria de abrir esta sessão fazendo uma breve reflexão acerca do que entendemos como uma democracia. O que é, afinal, a democracia? Para além de uma forma de governo que herdamos dos gregos clássicos e que se transmutou ao longo do tempo até se adequar ao modelo do Estado-nação, não é a democracia é um projeto político filosófico que parte do princípio de que todas as pessoas são dotadas de igual valor e dignidade? Podemos entender, portanto, que a democracia é um compromisso ético-político-legal com a igualdade substancial, que exige que os mecanismos de poder e de decisão garantam não apenas a participação formal por meio do processo eleitoral de escolha de representantes, mas também a distribuição justa dos recursos, das oportunidades e do bem-estar social.

A Organização das Nações Unidas (ONU) define a democracia como um ideal baseado em valores universais que garantem a participação plena e equitativa da pessoa humana na condução de seus próprios destinos. Segundo a ONU, a democracia só se consolida quando há liberdade de expressão, igualdade perante a lei e acesso irrestrito aos direitos fundamentais. No entanto, essa perspectiva normativa encontra profundas barreiras quando analisamos a realidade social de determinados grupos. Aqui, surge uma pergunta essencial: quem é essa “pessoa universal” que usufrui desses valores universais propostos pela ONU? As mulheres afrodescendentes são reconhecidas como essa “pessoa universal”? Pela minha experiência e das mulheres negras que me precederam, essa figura universal tem sido, historicamente, homem, branco, cis e pertencente às elites econômicas e sociais. Essa universalidade aparente e estrategicamente posicionada, portanto, mascara desigualdades e perpetua a exclusão de mulheres afrodescendentes do pleno gozo dos direitos e das garantias democráticas.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, estabelece que a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito, cujo fundamento é, entre outros, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. No entanto, essa mesma Constituição convive com uma sociedade que marginaliza historicamente a população negra, especialmente as mulheres negras. O artigo 5º, que assegura a igualdade de todos perante a lei, esbarra na prática em desigualdades concretas que negam esse direito básico a mulheres negras no Brasil.

Se entendermos então a democracia como um sistema político que garante a participação cidadã e o pleno acesso aos direitos sociais, políticos e econômicos para toda a população, então precisamos questionar se esse ideal se concretiza de forma equitativa para todas as pessoas. Ao observar a realidade

das mulheres afrodescendentes no Brasil, percebemos que essa promessa democrática está longe de ser cumprida e, talvez, nunca tenha sido.

Porque se democracia efetiva se manifesta no acesso a direitos básicos: saúde, segurança, educação, cultura, lazer, moradia digna e trabalho decente, então para as mulheres afrodescendentes, o acesso a esses direitos básicos tem sido historicamente limitado – e em muitos casos, inexistente.

Dados recentes evidenciam essa desigualdade estrutural. De acordo com o IBGE – que é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres negras são as principais vítimas da violência letal no Brasil. Entre 2017 e 2021, os homicídios de mulheres negras cresceram 5,8%, enquanto os homicídios de mulheres não negras caíram 33,3%. Esse dado revela como o direito básico à segurança é sistematicamente negado a essa parcela da população.


No campo da saúde, a mortalidade materna entre mulheres negras é 77% maior do que entre mulheres brancas, segundo dados do Ministério da Saúde. Essa disparidade reflete não apenas o racismo institucional presente nos serviços de saúde, mas também a ausência de políticas públicas que considerem as especificidades de nossa existência.

Na educação, embora tenham maior participação no ensino superior em comparação com homens negros, as mulheres negras enfrentam maiores taxas de evasão e menores oportunidades no mercado de trabalho. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Brasil apontam que, mesmo com qualificação equivalente, as mulheres afrodescendentes recebem, em média, 44% a menos que homens brancos.

No mercado de trabalho, nós mulheres estamos sobrerrepresentadas nas ocupações mais precarizadas. São elas que predominam entre as trabalhadoras domésticas, uma profissão historicamente marcada pela informalidade e pela ausência de garantias trabalhistas. O IPEA aponta que cerca de 63% das trabalhadoras domésticas no Brasil são mulheres afrodescendentes.

Estou apresentando esses números, mas não quero apresentar apenas as estatísticas; quero afirmar que eles são o reflexo de um projeto político e econômico que há séculos destina as mulheres negras à uma posição subalternizada na sociedade brasileira. Um projeto que revela e reflete uma democracia incompleta, excludente e seletiva, que naturaliza a violação sistemática dos direitos das mulheres afrodescendentes.

Essa lacuna democrática se aprofunda ainda mais quando analisamos o atual contexto de recessão democrática que se expande globalmente. Esse movimento político autoritário utiliza discursos baseados no racismo, sexismo e xenofobia para ampliar sua base social, minando não apenas os espaços cívicos, mas também atacando frontalmente os direitos das mulheres – especialmente das mulheres racializadas, como as mulheres negras, as indígenas, mulheres LBT, mulheres com deficiência – e



tentando e infelizmente, conseguindo, reverter conquistas históricas, um exemplo claro do que estamos testemunhando e enfrentando neste processo da CSW69.

Esse cenário tem imposto desafios ainda maiores à conquista da justiça racial e de gênero, aumentando significativamente a distância que ainda precisamos percorrer para que a democracia efetivamente contemple as mulheres negras como sujeitas de direito. Se, no passado, essa promessa já parecia inalcançável em médio prazo, hoje, sob essa onda extremista e autoritária, a urgência de uma resposta coordenada e coletiva é ainda maior. O enfrentamento a esse cenário exige estratégias transnacionais que garantam que as vozes das mulheres afrodescendentes não sejam apenas ouvidas, mas que ocupem, juntamente com os outros grupos, o centro do debate democrático e da construção de alternativas políticas inclusivas e equitativas.

EMBAIXADORA VANESSA DOLCE FARIA

”

Quero entrar no tema que nos une aqui. Vou começar recordando que hoje faz sete anos que mataram Marielle Franco e Anderson Gomes. Faz sete anos que as mesmas forças políticas que hoje ganham democraticamente em vários lugares do mundo tentaram silenciar a voz de pessoas que representam as mudanças que queremos ver no mundo. Mas não conseguiram. Estamos aqui e faremos todo o possível para essas vozes e para essas lutas serem sempre levadas adiante. Então rendo minha homenagem também à Marielle.

Fui nomeada para um cargo novo, quero muito rapidamente explicar, criado no Ministério das Relações Exteriores do Brasil: sou representante para os temas de gênero. O meu mandato é a transversalização de gênero com interseccionalidade, especialmente em raça e em todas as áreas da política externa. Isso porque o plano plurianual, uma ferramenta do Estado brasileiro, organiza os trabalhos do Estado por um período de quatro anos, em que a transversalização de gênero e raça é um dos dez objetivos da política externa brasileira.

Portanto, não podemos deixar de reconhecer que estamos hoje em um lugar muito melhor do que estávamos há 30 anos. Houve progressos. As mulheres hoje, enfim, são consideradas em sua diversidade. A delegação do Brasil foi muito vocal para a inclusão das mulheres afrodescendentes. Isso é algo que não é sempre, nem em todos os fóruns, que conseguimos e isso foi objeto de muita negociação.

Na declaração de Pequim, a transversalização de gênero apareceu pela primeira vez em um documento oficial. Esses documentos e tudo o que veio depois nos guiaram em nossas políticas públicas. No entanto, hoje vivemos em um cenário de ameaças diretas a todas as nossas conquistas.

O crescente autoritarismo, os movimentos antigênero, a crise climática, o aprofundamento das desigualdades econômicas, a erosão das instituições democráticas são fatores que vêm criando um ambiente hostil, especialmente para as mulheres. Em muitos países, grupos extremistas estão se fortalecendo e se conectando globalmente, espalhando desinformação, negando a igualdade de gênero, atacando políticas essenciais para a promoção de equidade, diversidade e acessibilidade. Esses grupos fazem uso de plataformas digitais que tiram a legitimidade das instituições democráticas, espalham discursos de ódio e, sobretudo, desacreditam lideranças femininas.

O Brasil, como muitos outros países, vem sentindo os impactos desse fenômeno. Sabemos que esses grupos atuam em redes, com estratégias sofisticadas, usando inteligência artificial, algoritmos amplificados e campanhas de desinformação que criam e fomentam resistência a políticas de equidade. Confrontar essa realidade requer uma ação coletiva, e ela não será eficaz se for apenas de Estados.

É preciso avançar para uma coordenação política com a sociedade civil brasileira e internacional. Esses embates ficaram muito evidentes durante a negociação da declaração política agora na CSW 69. Nós tivemos muitas disputas entre os países, muita dificuldade em seguir com linguagens que sempre foram acordadas.

Em um certo sentido, já ter tido uma declaração política foi uma vitória, porque foi possível alcançar uma unidade. Mas que unidade foi possível e a qual custo? Não foi fácil. Ter tido uma declaração política, sem ter precisado ir para a votação, ter conseguido aprová-la já no primeiro dia, fez com que todas nós celebrássemos muito. Há muitas coisas que gostaríamos de ver refletidas na declaração, mas isso não foi possível.

Com relação à declaração, gostaria de chamar a atenção àquele que me parece ser um aspecto central, e que tem a ver com a preocupação que nos une aqui hoje. Isso é a ênfase dada à brecha digital, Digital Divide, na declaração. A declaração traz essa necessidade de se fechar, de se combater a brecha digital. Sabemos que hoje há um dado de 259 milhões de mulheres ainda sem acesso à internet.

Esse é um tema caro à toda a humanidade, mas especialmente aos países do Sul global e às mulheres em toda a nossa diversidade. Para nós, no Brasil, no combate às desigualdades, inclusive as desigualdades de gênero e raça, isso é uma prioridade do governo Lula dentro de um guarda-chuva maior, que é o combate a todas as desigualdades.

Portanto, gostaria de trazer o exemplo da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, e pedir também o apoio da sociedade civil cada vez mais. Essa iniciativa que lançamos no G20 é hoje apoiada por 92 países, em que políticas públicas exitosas são trazidas para uma cesta comum, onde os países podem aproveitar das experiências de outros. O Brasil tem trazido experiências de políticas públicas com o recorte de gênero. A adesão à Aliança Global e também a contribuição, o compartilhamento de experiências de países é algo, em termos de cooperação, que já pode ser fomentado nessa iniciativa que já existe e que está vigente.

Queria dedicar algumas palavras sobre a COP30, a ser realizada no Brasil. Na COP30, temos, em termos de gênero, um mandato estabelecido pelo Programa de Trabalho de Lima, que foi renovado em Baku por 10 anos, e esperamos conseguir negociar o Plano de Ação em Gênero (GAP), em Belém, no final deste ano. Há um mandato, claro, e vamos, no Brasil, lutar para ver no GAP refletida a situação das mulheres afrodescendentes. Isso é uma prioridade.

Também teremos a agenda de ação, cujos temas vão ser definidos pela presidência brasileira. Ainda não sabemos quais serão, mas esperamos que haja espaço para discussões, com muito engajamento da sociedade civil nos temas sobre justiça climática, que parece o eixo necessário para trazermos gênero e raça, como vemos a partir da perspectiva brasileira.



PAOLA YÁÑEZ SINO FUENTES

A Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora foi criada em um contexto muito parecido a esse, quando se pensava em uma possibilidade de uma articulação de mulheres afrodescendentes em nível de América Latina e Caribe. Estávamos em um contexto muito parecido, de ditaduras, de regressão, em que havia muita dor na região da América Latina. As mulheres que estavam vinculadas precisamente à essa resistência pensaram em criar um movimento. Foi nesse período que foram criadas muitas redes de mulheres na região, como a Rede de Saúde, o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres, o CLADEM, e vários outros espaços. Nesse contexto, as mulheres também estavam pensando na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher para Pequim e nas possibilidades em se avançar.

De fato, a Rede de Mulheres foi criada, entre seus objetivos, para incidir na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, incorporando temas como racismo, violência, e a interseccionalidade entre racismo e gênero. No entanto, apesar de a Rede em 1992 chegar a Pequim, não se obteve resultados positivos. Essa agenda, e o que veio a partir desse momento, aconteceu em um tempo em que as mulheres da região começaram a incidir de forma contínua para conseguir que fosse incorporado o tema da raça nos acordos, nas resoluções, na agenda regional de gênero.

Na América Latina, a agenda regional de gênero é onde encontram-se os maiores avanços sobre o tema do racismo, é onde também mais se conseguiu incorporar, até mesmo mais do que em espaços onde se fala sobre racismo, com uma agenda muito mais ampla e mais comprometida.

Hoje vivemos particularmente um contexto de medo e desesperança. Além disso, os espaços de diálogo que estamos tendo estão se tornando espaços de diálogo do medo, da desesperança, e todo mundo está para baixo. Porém, quero lembrar as, mulheres negras que, para nós, a crise não é algo novo, pois vivemos em crise constante, e não apenas de financiamento. A violência para nós não é algo novo, pois vivemos em violência constante, até mesmo entre as mesmas mulheres com quem militamos, mulheres negras, mestiças, em espaços mistos e nas crises.

Estamos enfrentando o desequilíbrio do sistema democrático. A diferença de agora com os anos 90 é que, naquele tempo, estávamos saindo de ditaduras. Nesse sentido, os governos queriam demonstrar uma vocação para os direitos humanos, e precisavam se livrar da imagem ditatorial. Hoje não, agora eles são abertamente antidireitos, abertamente conservadores, porque já não lhes interessa limpar seu passado, não precisam de uma máscara, e isso nos leva a um cenário complicado, que é o desmantelamento do multilateralismo.

O que estamos enfrentando neste momento é essa intenção total de que espaços como a CSW se debilitem e que haja uma rendição de os Estados não prestarem contas, que os Estados não façam o trabalho que lhes cabe fazer. Estão retirando os financiamentos, asfixiando esses espaços para que nós não estivéssemos aqui, para que nem entrássemos nesta contradição que muitas vezes ocorre com o movimento das mulheres. Nos dizem que temos que sair daqui, mas não vamos sair, certo?

No momento em que nos levantamos de nossas cadeiras e das Nações Unidas, alguma outra sociedade civil virá ocupá-las. E será uma sociedade civil conservadora, antidireitos. Portanto, se estamos abrindo espaço, é preciso entender a lógica de que não podemos sair daqui, e que temos que continuar enfrentando esses espaços, temos que pensar em como avançar da mesma forma como foi pensado durante a ditadura, porque temos essa capacidade total de continuar avançando, e não podemos estar constantemente agindo sob o medo.

Não sabíamos que iríamos ver o retorno de um filme de terror, muito mais forte, mais potente, e não sabíamos que isso viria porque parecia um fato isolado. Esse é um dos primeiros aprendizados, que devemos fortalecer nossa articulação, entendendo processos políticos não como fatos isolados. Também estamos vivendo a democracia do like, então as pessoas têm essa ideia errada de que o que dizem está validado pela quantidade de likes que recebem, e neste momento as principais redes sociais estão cooptadas pela ultradireita.

O algoritmo está privilegiando as mensagens de ódio, de polarização, de desespero, e isso nos dá a sensação de que eles são mais, mas isso não é verdade. Há um jogo psicológico contra nós, de acreditar que vamos por aí. Temos que encontrar a forma de hackear o algoritmo.

Os processos políticos são cíclicos, e este não é um momento novo. Temos a capacidade de avançar, e de ver com clareza esse momento como uma oportunidade, porque é nas crises que surgem as oportunidades. Temos a possibilidade de seguir avançando, de construir. O que se retira desses momentos, normalmente, é que iremos terminar com muitas solapadas, mas também surgirá uma cultura de direitos. Após cada momento de crise, se inicia uma cultura de direitos, e quem irá sobreviver serão aqueles que tiverem a capacidade de propor uma agenda política forte, que conseguirem dimensionar os impactos a algumas populações, que puderem entender como estamos enfrentando este momento.

E neste ponto, as mulheres negras precisam ter uma agenda política muito forte. Temos que nos apresentar como uma opção política em um planeta polarizado, temos que nos apresentar como somos, um mundo possível, do qual todas estamos falando. E, sendo assim, será importante a COP30, será importante a Segunda Marcha das Mulheres Negras, e será importante tudo o que podermos construir de maneira conjunta e em solidariedade e em articulação no mundo, e não só na América Latina, mas pensarmos em nível global, sairmos da região, de nossos países e termos a capacidade de olhar em nível global.



RAFAELA SEIXAS

Sou a Rafaela Seixas, segunda-secretária, assessora da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores. Estou aqui representando o Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais.

Queria fazer uma breve fala sobre políticas públicas, relações internacionais e ativismo da sociedade civil, principalmente de mulheres negras, que podem se entrelaçar e contribuir, reafirmando-se uma com a outra.


Primeiro lugar, acho que esse espaço, a CSW, é um verdadeiro espaço público, onde todas as vozes possam ser ouvidas e não apenas ouvidas, mas que possam contar realmente para a formulação de novas políticas públicas. Em segundo lugar, a luta pela igualdade racial e a pela igualdade de gênero, entendemos como lutas híbridas. Que elas estejam tanto no campo simbólico quanto no campo da economia.

Temos imagens de controle, como diz a Patrícia Hill Collins sobre as mulheres negras, a gente tem estereótipos no campo simbólico, que a gente tem que lutar contra isso. Mas esse campo simbólico também estrutura a distribuição de renda, de propriedade, de recursos. E, nesse sentido, tanto o campo simbólico quanto o campo da economia estão entrelaçados.

De modo que, quando a gente discute o tema da CSW, da 68ª sessão, que é a eliminação da feminização da pobreza, a gente está discutindo a mudança de poder econômico de um grupo. Mas também a gente está discutindo a melhora da visibilidade das demandas desse grupo e como dismantelar preconceitos, porque medidas de redistribuição de bens e recursos não são apenas necessárias para se alcançar o acesso à renda e a recursos materiais. Através desse acesso é possível mudar preconceitos e estereótipos, no caso de raça e gênero na sociedade.

Há um grande debate que está em curso atualmente, e eu queria focar em minha fala a questão da economia do cuidado, um dos temas que o Brasil escolheu para o G20, porque ele discute justamente a divisão sexual do trabalho. E a divisão do trabalho, no Brasil, sempre prejudicou mais as mulheres negras. Só para vocês terem uma ideia, a gente tem a CLT, que é a Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943, mas os direitos das trabalhadoras domésticas só vieram em 2015, e só depois de 2015, em 2018, o Brasil conseguiu entrar em uma Convenção sobre Trabalho Doméstico, na OIT.

Então, nesse sentido, definir o cuidado como um direito humano, como a necessidade e como um trabalho a ser valorizado, e como um direito humano a ser também garantido pelo Estado e a ser compartilhado pela sociedade, é algo que nunca tinha sido discutido no âmbito internacional. A gente vê essas discussões



tanto aqui nessa cidade (Nova York), quanto também no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Em outubro, o Grupo de Buenos Aires, que é um grupo de 15 países latino-americanos em que o Brasil discute essas questões, fez uma declaração de ministras e altas autoridades sobre a questão do cuidado e dessa divisão sexual do trabalho. A gente acha que essa discussão, além de ter a ver com gênero, tem muito a ver com raça, porque a gente sabe que quando as mulheres têm uma condição um pouco melhor, elas delegam esse trabalho, que é um trabalho mal pago, para as mulheres negras.

Para terminar, esse debate que eu acho que todo mundo tem que se apropriar, sobretudo Geledés, que é uma organização de mulheres negras, e que a participação do Brasil nesse fórum expressa um compromisso do país em enfrentar os desafios que estão sendo discutidos nessa instância, e também impulsiona um avanço de adoção de leis, políticas e mecanismos que contribuem para dar expressão a esses compromissos.

Eu costumo dizer que a atuação internacional, seja da sociedade civil, seja do Estado, tem um efeito bumerangue, porque muitas vezes a sociedade civil se mobiliza em um fórum internacional, em um espaço público de discussão global, e depois traz esse debate internamente para o Brasil.

Foi assim, por exemplo, com o Estatuto de Igualdade Racial, em 2010, que foi um dos frutos da Conferência de Durban, em 2001, que deu vários frutos no Brasil, como a discussão das políticas de ações afirmativas, das políticas de cotas, a política, inclusive, do Instituto Rio Branco, que foi o primeiro a trazer uma política de ação afirmativa em 2002, da bolsa que eu fiz parte, o Programa de Ação Afirmativa. Então, assim, a gente parabeniza a sociedade civil que participa junto e também dialoga com o Estado nesses espaços internacionais e a gente espera que isso tenha realmente um efeito bumerangue, que isso volte a ser mobilizado internamente no Brasil.

Agora, sobretudo, com essa discussão sobre o trabalho de cuidado e a divisão sexual do trabalho, que também é racializada.

MADELEINE KENNEDY MCFOY

”

Um dos elementos críticos e o motivo pelo qual estamos aqui hoje é o papel que a sociedade civil exerce, o papel de organizações que todas nós representamos aqui, as organizações que nos invocaram, que nos ajudaram a despertar nosso sentido vocacional, porque acredito que para muitas isso não seja uma carreira. Não é uma carreira querer transformar e buscar por justiça. Não é uma carreira querer garantir que pessoas não sejam exploradas. Isso é uma vocação.

Portanto, esse papel que a sociedade civil exerceu há 30 anos aconteceu durante um tempo em que muito do que estamos vivendo hoje, como viveram nossas avós, nossas mães, e alguns de nós. Temos muitas lições para aprender sobre o que essas pessoas fizeram naquela época. E precisamos nos perguntar algo muito crítico. Em nossas organizações, o que estamos fazendo? Estamos nessas organizações para sobreviver ou nossas organizações existem para servir os movimentos? Movimentos por justiça, para um mundo transformado, igualitário, em que cada gênero, cada ser humano, cada ser não-humano e o nosso próprio planeta pode não sofrer mais? A quem estamos servindo? Às nossas organizações ou aos nossos movimentos? Vocês estão se fazendo essa pergunta? Se perguntarmos essa questão de justiça, podemos pensar que se estamos nos dedicando aos movimentos e de onde vem o dinheiro para servir a esses movimentos, o que é realmente importante.

Há 30 anos que falamos sobre isso, a dependência de muitas de nossas organizações em relação a organizações como a USAID. Hoje nos encontramos sem nenhuma expectativa, sem esse abrigo, que nos fez tão confortáveis, a ponto de nos tornamos tão acostumados a escrever programas, a ponto de nos tornamos tão acostumados a competir com os outros, nossos irmãos e irmãs nos movimentos, a competir com os outros para receber fundos estrangeiros que nos dizem sobre como devemos fazer a mudança acontecer, sobre quais problemas devemos trabalhar. Esses são fundos estrangeiros que não reconheçam o nosso próprio conhecimento, nossa expertise, nossas próprias experiências vividas, e nos tornamos muito acostumados a eles. Portanto, agora temos que pensar diferente, temos que pensar sobre o que significa servir nossos movimentos com recursos que vêm de dentro de nossas próprias comunidades, de nossos próprios países. Temos que pensar sobre como agir em solidariedade com os outros.

Sei que nossos movimentos são complexos, multilaterais, são multidimensionais. Não podemos perder essa nuance, porque se a perdermos, então os mais marginalizados dentre nós nunca encontrarão a justiça. Mas temos que pensar sobre o que realmente significa ser solidário com o outro.

Se vejo que minha organização está fazendo direto, sem ser competitiva, como posso ajudar no que outra organização está fazendo? E como encontrar maneiras de avançar em nossos próprios recursos? Como

determinar para nós mesmos maneiras de encontrar esses recursos? Temos lições fantásticas para aprender dessas épocas, dos anos 1970s e 1980s, até a década de 1990s, que foram décadas em que ocorreram todas essas conferências maravilhosas que nos deram instrumentos que estamos usando hoje. O que fizeram? O que as nossas avós, as nossas mães, as nossas irmãs organizaram? Precisamos nos organizar novamente, usando as ferramentas que temos hoje.


A Akina Mama wa Afrika Mamowa Africa é uma organização fantástica que surgiu há 40 anos, em 1985, em um momento crítico. Foi criada por mulheres africanas na diáspora, morando no Reino Unido, onde elas viram uma necessidade de haver uma organização para mulheres africanas dentro de ambientes muito racistas, e que continuam sendo racistas até hoje. Eram ambientes em que elas não tinham veículos para falar por si próprias. Mas elas não se esqueceram de onde vieram. Então o objetivo era se fomentarem, mas também estabelecerem uma ponte com o continente africano, com as irmãs de lá, para falar a partir da diáspora.

Portanto, essa é a importância dessa reunião. Não estamos falando da vasta diáspora que nos espalhou, mas a partir dessa dispersão, precisamos estarmos juntos. Há uma necessidade de haver uma organização transnacional, uma solidariedade transnacional, não apenas em palavras, uma vez que solidariedade é um verbo, é algo que fazemos.

E como fazemos isso? Como vamos voltar a maneiras de financiar nossos movimentos que estavam sob o guarda-chuva da USAID e que estavam antes dependentes de todos esses fundadores, que estavam antes das filantropias ricas? Quais foram as formas que as nossas avós usaram? Minha mãe, quando jovem, com mulheres mais velhas em Serra Leoa, criou um sistema que chamamos de osusu, conhecido como padna no Caribe, em que cinco de nós colocávamos 10 dólares por mês. No primeiro mês, uma levava, e continuávamos colocando o dinheiro. No segundo mês, outra levava e assim por diante. Tínhamos muitas formas de encontrar recursos para nos sustentar. Vamos encontrar essas formas novamente. As velhas e as novas.

Vivemos em um mundo de criptomoedas e não sugiro que recorramos a isso, mas em um novo mundo há novas coisas e precisamos de novas ferramentas para nos sustentar. É por isso que decidimos manter essa conversa valiosa com o Geledés, porque reconhecemos que estamos inseridos em contextos diferentes, mas estamos enfrentando as mesmas injustiças, apenas com diferentes rostos. Sendo assim, existe essa necessidade de nos unirmos e estabelecermos estratégias sobre como, de forma sustentada, podemos nos organizar de formas que mulheres que vieram antes de nós se organizaram, para absorvermos suas estratégias, para que não voltemos ao passado e digamos que Pequim veio e Pequim se foi. A questão é o que fizemos e o que podemos fazer agora.

Vamos nos abrir para as reflexões sobre como se organizar de uma forma diferente, sobre o que precisamos fazer e o que não fazer, o que precisamos deixar atrás nestes 30 anos de Pequim e ingressar em uma nova década de Pequim. Adorei o que nossas irmãs do Brasil compartilharam, a questão da



polarização política está nos enganando. E cada vez que trazemos essas questões à mesa, as pessoas se preocupam em comentar, em dar uma opinião, porque não pertencem a uma parte em particular que se alinha a isso.

Se formos avançar na justiça, precisaremos de esforços valiosos e sermos capazes de nomear, de buscar a justiça, nomear o que realmente é, e não ficarmos em um lugar confortável. Essa é uma da série de conversas que teremos durante o ano inteiro, para continuarmos a estabelecer estratégias, para continuarmos refletindo profundamente no que precisamos fazer como mulheres em nossas diversidades, inseridas em contextos diferentes; mulheres que foram desprezadas como resultado do colonialismo, do patriarcado racial, de repressões econômicas, e como resultado de um contexto que é profundamente orientado pelo neoliberalismo.

”

CAROLE OSERO-AGENG'O

Gostaria de falar sobre um assunto que desenvolvemos em meio à Cúpula do Futuro, que é levar o Pacto para nossos países. Estamos aprendendo sobre Pequim. Há mulheres que estiveram em Pequim e levaram a conferência para seus países. Estamos trazendo o Pacto do Futuro para nossos países, mas precisamos fazer isso de uma forma que transcenda as fronteiras estabelecidas.

Lembrem-se que a Conferência da Sociedade Civil, em 2024, em Nairobi, foi a primeira no Sul global em 69 anos. Ou seja, criamos uma plataforma de colaboração para o Sul global. Começamos com a África e a América Latina. Geledés é uma das organizações com que estamos colaborando. Falamos de movimentos e eles devem ser movidos pela energia das massas, pelas energias de todos. Assim como um rio flutua e caminha através das águas, às vezes ele será lento, mas é necessário nos movimentarmos. E as questões que nos movimentam são tantas que nenhum de nós pode fazer isso sozinho.

Devemos redefinir narrativas. Muitas vezes, quando trabalhamos com os doadores e financiadores, e eu trabalhei com um deles na Open Society Foundation, e aí chegamos até vocês, sociedade civil, e dizemos qual é a agenda. Porém, nós podemos formatar essa agenda dos doadores, porque eles querem que vocês captem o dinheiro, mas precisamos do dinheiro do outro lado.

Como é formatar uma agenda juntos? Não só com os financiadores, mas também com outros. Se estou trabalhando em uma parte do continente, por que eu não agir para unir nossos recursos? Como no exemplo de nossas mães se unindo com seus pequenos recursos para que uníssemos nossas energias.

A outra coisa é agir em torno da solidariedade transnacional. É também sobre olhar para os fundos dessas irmãs. Devido aos cortes de fundo do USAID, muitas dessas mulheres estão passando por problemas difíceis, porque quando cortes de orçamento acontecem, são as mulheres que mais sofrem. Portanto, como podemos nos unir? Isso só acontece quando cobrimos os fundos de irmãs para protegê-las quando ocorre algo como aconteceu com o USAID.

Trago a ideia de descolonizar fundos como o USAID. Quando a África e o Sul global foram colonizados, ninguém perguntou se poderiam nos colonizar. Eles vieram e nos colonizaram. E agora eles estão descolonizando o USAID. Então podemos elaborar essa narrativa para que não seja o que o colonizador pensa que é certo para a descolonização? E também, quem lhes disse que no processo de colonização, só estávamos esperando sermos descolonizados? Construímos nossas ideias e agências em torno da colonização, então eles devem lidar com nossos Estados colonizados para poder nos descolonizar. Vamos falar dessas narrativas, senão seremos apenas recolonizados neste processo de sermos descolonizados.

LETÍCIA LEOBET

”

Não fazemos nada sem recursos, sem financiamento, sem dinheiro, e é extremamente importante falarmos sobre isso, em especial nós, mulheres negras, afrodescendentes, racializadas. É um momento muito importante para se pensar na dimensão das articulações políticas. Falo isso porque nós, mulheres afrodescendentes, nos vimos extremamente invisibilizadas em todo esse espaço multilateral. Quando chegamos na ONU, não conseguimos enxergar onde estão as afrodescendentes, seja no momento de um pronunciamento, seja nos próprios mecanismos de participação da sociedade civil, seja nos documentos, nas declarações.

Enfim, há uma extrema invisibilidade. Conseguimos, em alguma medida, visualizar as nossas mulheres indígenas, e em alguma medida, visualizar as mulheres africanas, obviamente, como deveriam estar posicionadas no que diz respeito à governança global, mas, em alguma medida, elas estão lá. E o que temos sentido em relação às afrodescendentes é justamente essa invisibilidade.

Nesse sentido, chamo a atenção para um processo que vai ser extremamente necessário como medida de enfrentamento a esses retrocessos globais, que é o fortalecimento de uma perspectiva do Sul global. Quando falamos disso, estamos falando justamente de articulação política, para além da dimensão de financiamento que também está envolvida. Então é sobre como nós, mulheres afrodescendentes do Brasil, precisamos nos articular mais na dimensão América Latina, e como nós, mulheres da América Latina, precisamos nos articular mais com as mulheres africanas e fazer com que essa perspectiva do Sul global consiga alcançar e disputar a governança global de uma maneira mais consistente.

Esse é um grande desafio, e precisamos pensar sobre essas pactuações, essas articulações, e isso é extremamente desafiador, porque somos nós quem respeitamos as especificidades. Pensar em como vencer esse desafio de criar essas articulações, reconhecendo as nossas especificidades, e foi citada essa situação, de que esse ano o tema da União Africana é justiça reparatória para africanos e afrodescendentes. Isso é um movimento muito importante e muito simbólico, de que nós, africanas e afrodescendentes, estamos lutando por justiça reparatória, cada um à sua medida, cada uma a partir do seu território e das suas especificidades, mas estamos juntas nessa luta, e precisamos fortalecer isso politicamente.

